



Dissertações Defendidas pelos Discentes do PEPG em Economia Política da PUC-SP.

Marianna Branco e Silva

Título: Renda básica universal: uma proposta para o Brasil

Orientador: Professora Dra Rosa Maria Marques – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21925>

Resumo

O presente estudo tem como objetivo discutir a renda básica universal e propor uma forma de sua implantação no Brasil, calculando seu custo e fontes de financiamento. No primeiro capítulo, é discutido, de maneira breve, o que é a renda básica universal, suas características, principais argumentos favoráveis e críticos, além de uma revisão de projetos pilotos e iniciativas do tipo já realizadas. No segundo capítulo, é explorado o papel dessa política no contexto dos países em desenvolvimento. No terceiro capítulo, a análise é focada no caso brasileiro. Nele é explorado o problema da pobreza no país, o programa bolsa família e suas características, e é apresentada a proposta de renda básica universal. O exercício de cálculo de custo e respectivas formas de financiamento são mostrados detalhadamente, propondo uma redistribuição na renda do país através de ajustes no sistema.



Leticia de Freitas Fenerich

Título: O papel da reestruturação da economia alemã na construção da posição hegemônica europeia no pós-segunda guerra

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Carlos Racy – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22076>

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade analisar o papel da reestruturação da economia alemã na construção da posição hegemônica europeia no período pós-Segunda Guerra. Nessa proposta de retomada da história alemã, reside a hipótese de que a origem da atual posição de liderança do país na Europa resulta em grande medida das decisões naquele período, e de que as relações no jogo político se desenvolveram de forma a 311alocá-la na situação em que se encontra hoje. Para tal análise serão apresentadas as raízes políticas e econômicas, a implementação da Economia Social de Mercado, as reformas adotadas na Alemanha e os acordos costurados no período a fim de traçar uma linha de raciocínio que permita responder à hipótese inicial. Nesse sentido, para entender como a recuperação da economia alemã lançou as bases para a possível construção de um projeto hegemônico na Europa, o trabalho utilizará um modelo histórico-analítico, tendo como instrumental metodológico a Economia Política Internacional (EPI). Os resultados baseados nos dados e acordos apresentados indicam que se houve um projeto para a construção da atual posição hegemônica da Alemanha, ele não foi planejado. Nesse sentido, contudo, fica claro que a reconstrução econômica do país, dadas suas circunstâncias, teve importância na constituição dessa realidade

Evandro Rinolfi Marin

Título: Evolução e mercado segurador mundial

Orientador: Prof. Dr. Elizabeth Borelli – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21978>

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo abordar de forma histórica a evolução da estrutura global do mercado de resseguros, observando o desenvolvimento internacional deste mercado e a resultante dominância de participação de alguns dos maiores grupos resseguradores. A essência do trabalho é a constatação acerca



da mudança ocorrida ao longo dos anos em participação de mercado destes grupos que realizam a pulverização de riscos internacionalizada. Inicialmente foi realizada uma introdução exploratória, qualitativa e histórica acerca das mudanças ocorridas em diversos mercados resseguradores. Entretanto, o foco deste trabalho é a análise descritiva e quantitativa de dados estruturados, exposta a partir do capítulo 2, realizada com a aplicação de indicadores concorrenciais, como o índice de Herfindahl-Hirschmann, índice de T de Theil e Razões de Concentração, para a confirmação da hipótese de que o mercado de resseguros internacional, não caminha para a concentração do market share entre poucos players ou grupos resseguradores globais, ao menos, dentro da série histórica analisada, e sim, atual manutenção relativa do nível de concentração dos prêmios de resseguro auferidos por tais grupos.

Danilo Moreira Pontes

Título: Tecnologia e mudança ocupacional: um estudo da evolução da estrutura ocupacional em Argentina e México entre 2005 e 2015

Orientador: Prof. Dr. João Batista Pamplona – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22060>

Resumo

O impacto da mudança tecnológica sobre o trabalho não diz respeito somente ao volume de oportunidades criadas ou destruídas, mas também acomete o perfil das ocupações dispostas na sociedade. Apesar da existência de outros fatores, como a educação e o comércio exterior, a mudança tecnológica tem papel central na explicação da mudança ocupacional em países desenvolvidos, de onde surgem as hipóteses skill-biased technical change (SBTC) e routine-biased technological change (RBTC). Com enfoque na qualificação exigida nas ocupações, a SBTC prevê uma estrutura ocupacional que tende a favorecer os grupos de qualificação mais alta a partir do progresso tecnológico, enquanto a RBTC tem como foco o conteúdo das tarefas desempenhadas nas ocupações e interpreta o fenômeno da polarização da estrutura ocupacional. Foram utilizados microdados de pesquisas domiciliares da Argentina e do México em 2005 e em 2015, classificando-se as ocupações em níveis de qualificação e em tipos de tarefas a fim de avaliar se sua variação corresponde às hipóteses SBTC e RBTC. O resultado observado é que nenhuma delas explica a



mudança ocupacional ocorrida na Argentina e no México entre 2005 e 2015. As transformações parecem estar menos relacionadas com a tecnologia do que com as condições institucionais e socioeconômicas de ambos os países. Por outro lado, a mudança ocupacional parece revelar que tais variações nas ocupações, sob o ponto de vista do nível de qualificação e do tipo de tarefa, estão relacionadas também à mudança setorial a partir do rumo da estratégia de desenvolvimento produtivo traçada por Argentina e México.

Fernando Camilher Almeida

Título: Métodos para elaboração de uma agenda comum de desenvolvimento local sustentável

Orientador: Prof. Dr. Ladislau Dowbor - PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22075>

Resumo

Um dos grandes dilemas da nossa sociedade é conseguir crescer e distribuir mais equanimemente a renda. Uma das soluções para tal dilema aparece na possibilidade de trabalhar o desenvolvimento da unidade territorial mais próxima dos cidadãos, a cidade ou o bairro, no caso específico deste trabalho o bairro da Casa Verde em São Paulo, capital. Para isto foram pesquisados métodos e experiências práticas pelo mundo que dessem embasamento teórico e prático para o desenho do projeto de uma agenda comum de desenvolvimento local sustentável. Tal pesquisa evidenciou a necessidade básica de fomentar a sociedade local para um engajamento cívico, item importante para a construção de um projeto de desenvolvimento local com sustentabilidade. Tal engajamento pressupõe que as demandas de cada grupo sejam descobertas, discutidas e compartilhadas, o que pode ser facilitado com o uso de tecnologias de informação. Nossa hipótese é que, a partir deste fortalecimento cívico e de um diagnóstico das cadeias produtivas instaladas, confrontando as expectativas de setores de grande crescimento previsto para as próximas décadas, é possível coconstruir um projeto de desenvolvimento para o território. A pesquisa evidenciou ainda que a criação de ecossistemas de inovação, hoje denominados habitats de inovação, impulsionam a inovação no território. Estes locais, além de serem áreas de pesquisa e conexão das organizações do território com as universidades, são locais onde os membros deste ecossistema residem, compram,



pesquisam, desenvolvem, produzem e se divertem, ampliando o contato com a comunidade e amplificando o potencial de integração. Este projeto se materializa com a criação de um Núcleo de inovação e conexão do território, núcleo este responsável por construir um objetivo comum claro, mensurável e transparente de forma que todos possam perceber a situação atual e evolução do território por meio do monitoramento dos planos de ação desenhados para gerar uma melhor qualidade de vida.

Martha Malheiro Launay

Título: As políticas de desenvolvimento econômico para a redução dos desequilíbrios regionais e a influência desenvolvimentista

Orientador: Prof. Dr. Ladislau Dowbor - PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22129>

Resumo

O presente estudo tem como objetivo delinear as principais políticas federais, entre os anos 1950 e 1970 e entre 2003 e 2010, à luz da vertente desenvolvimentista, e, assim, analisar os efeitos de tais políticas na redução dos desequilíbrios regionais no Brasil. Para tanto, o estudo segue duas frentes teóricas que convergem: a primeira, pela concepção cepalina, que aborda o processo histórico examinando os condicionantes estruturais que levaram os países periféricos (subdesenvolvidos) a uma relação subordinada na inserção internacional (Divisão Internacional do Trabalho), encabeçada pelos países centrais (desenvolvidos); a segunda, pela questão do desenvolvimento nas políticas regionais, com os principais teóricos da Economia Regional, estabelecendo diretrizes com viés keynesiano de atuação do Estado, aderente à teoria desenvolvimentista. Ao dissertar sobre a formação capitalista do Brasil, observa-se uma ordenação territorial dependente das demandas internacionais, constituindo uma Divisão Territorial do Trabalho. Do ciclo da cana de açúcar ao café, entre os séculos XVI e XX, o país reforçou sua subordinação e vulnerabilidade externa às oscilações econômicas oriundas dos países centrais. Isso trouxe vários problemas internos, como a questão dos desequilíbrios regionais, que determinou relações desiguais inter-regionais. São Paulo e Rio de Janeiro se tornaram os principais



vetores de crescimento econômico, em detrimento de regiões mais pobres, como o Nordeste e o Norte. O estudo identifica os determinantes estruturais que impedem ou dificultam as ações de promoção ao desenvolvimento regional, como a má articulação dos espaços via transporte. Além disso, propõe uma nova forma de pensar políticas de desenvolvimento regional, por meio de eixos estruturantes que possibilitaria a superação desses desafios, como foi elaborado pela Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local (2007). O estudo, portanto, é delimitado por análises quantitativas no período do governo Lula (2003- 2010), com os principais indicadores socioeconômicos obtidos a partir de recorte macrorregional das cinco grandes regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), assim como análise dos principais programas e políticas que propiciaram uma melhora das desigualdades sociais e regionais.

Vanuzia Pereira da Silva

Título: O setor privado e a educação superior brasileira no governo Lula e Dilma

Orientador: Profa. Dra. Rosa Maria Marques – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22078>

Resumo

Os problemas do ensino superior no Brasil causaram intensas discussões sobre seu processo de expansão no início do século XXI. Nesse período, foram propostas, sugestões e soluções para massificar o ensino mediante a participação do setor privado a partir da constante influência dos organismos multilaterais. Essa massificação que serviu como estratégia para qualificar a mão de obra brasileira ao mesmo tempo em que Estado promovia políticas públicas de acesso ao ensino superior tais como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), fez com que estas instituições privadas olhassem para a educação como um setor com uma demanda crescente e lucrativa. Esta dissertação tem como objetivo apresentar como o setor privado consolidou sua lógica no ensino superior brasileiro no governo Luís Inácio Lula (2003-2010) e Dilma Roussef (2011-2016), abrindo espaço para a formação de grandes conglomerados educacionais, através das fusões e aquisições das instituições de ensino privada. No presente trabalho será



apresentado esse processo de expansão do ensino privado através da influência dos organismos multilaterais e dos governos brasileiros, analisando o crescimento da taxa de matrícula, número de alunos, campi, evolução no número de instituições privadas, patrimônio e receita líquida, além de apontar as principais fusões e aquisições do setor educacional privado. Para isso é feita revisão bibliográfica e de indicadores do setor educacional são usados como fontes de informações.

Guilherme Guerra

Título: O papel dos investimentos públicos em infraestrutura e o BNDES como base do financiamento: uma análise do período 1990 a 2018

Orientador: Prof. Dr. Rubens R. Sawaya – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22173>

Resumo

Esta pesquisa partiu da premissa de que os investimentos em infraestrutura são fundamentais para o desenvolvimento econômico. O efeito multiplicador destes gastos produz impactos diretos no emprego e na renda e ainda contribui para viabilizar um ambiente mais competitivo para o setor produtivo. A proposta desta pesquisa é apresentar os aspectos práticos e teóricos acerca do financiamento e do desenvolvimento da infraestrutura nacional. Serão expostos os efeitos da intervenção do Estado e do gasto público na economia por meio das premissas keynesianas. Ademais, serão apontados o modelo institucional da infraestrutura entre 1990 e 2018 e a política econômica voltada para a infraestrutura no Brasil neste mesmo período, com enfoque comparativo entre as atuações do Estado e da iniciativa privada. Por fim, será abordado o papel do BNDES no financiamento da infraestrutura nas suas duas fases distintas de atuação, na década de 1990 e nas duas seguintes.



Bruno Custódio de Moura

Título: Políticas de trabalho e juventude: uma análise da experiência latino-americana, focada na comparação entre Brasil e México

Orientador: Prof. Dr. João Batista Pamplona – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22120>

Resumo

A integração do jovem no mundo do trabalho é cheia de percalços e constitui um dos maiores problemas socioeconômicos dos governos, sobretudo, nos países em desenvolvimento. Pela relevância do problema e pela vulnerabilidade que os jovens representam, muitos países na região latino-americana têm implementado um conjunto de ações, políticas, planos e programas de emprego juvenil. Procurando contribuir e aportar com estudos de revisão destas políticas, a presente dissertação sistematiza e analisa através de método comparativo as similitudes e diferenças da formulação de políticas públicas de trabalho para jovens latino-americanos dos dois maiores países da América Latina em termos econômicos – Brasil e México – entre os anos de 2007 e 2016. Conclui-se que a estrutura de composição e tipos de políticas públicas de mercado de trabalho relacionadas aos jovens são similares nesses países, com certas especificidades, porém há deficiência de abordagem integral e de gênero no conjunto dessas políticas.

Cesar Garritano

Título: Aspectos da política fiscal no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-14) e os efeitos no desempenho econômico brasileiro no período

Orientador: Prof. Dr. Marcel Guedes Leite – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22123>

Resumo

A presente dissertação tem por objetivo analisar as decisões de política fiscal e os seus efeitos sobre o desempenho da economia brasileira no primeiro mandato do governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2014). Através do respaldo da teoria de John Maynard Keynes a respeito da atuação do Estado na economia por meio da política fiscal, a intenção é analisar e apontar que a opção do governo da presidente Dilma Rousseff em privilegiar desonerações tributárias em detrimento dos investimentos, predileção que representou uma mudança em relação ao que



vinha sendo praticado pelo governo anterior, foi fator fundamental para a deterioração da economia brasileira nos primeiros quatro anos da atual década. Com o objetivo de melhor compreender as possibilidades e as tomadas de decisão do primeiro governo da presidente, a dissertação também aborda o pano de fundo histórico dos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, notadamente no que concerne aos cenários econômico, político e internacional.

Thiago Barros de Oliveira

Título: A crítica à teoria das preferências exógenas: apresentando e analisando seus desdobramentos

Orientador: Prof. Dr. João Batista Pamplona – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22077>

Resumo

O presente trabalho aborda diferentes visões acerca do conceito de preferências, como a neoclássica, em que as preferências são entendidas como exogenamente dadas, e, portanto, sem relação com o contexto dentro do qual ocorrem os atos de escolha; a heterodoxa, segundo a qual os agentes econômicos são dotados de racionalidade limitada, de forma que suas preferências são influenciadas por fatores externos, como o contexto a seu redor; além daquela adotada pela economia comportamental, a qual defende que fatores psicológicos podem exercer influência sobre as preferências dos indivíduos, corroborando a visão heterodoxa de preferências endógenas e racionalidade limitada dos agentes econômicos. Esta dissertação tem natureza teórica, cujo objetivo é realizar uma análise crítica acerca da teoria das preferências exógenas, de forma a demonstrar que as preferências individuais são mais do que tão somente a relação entre consumidores e bens de consumo, na medida em que são influenciadas por fatores como valores morais, regras, convenções sociais, entre outros.



Danilo Severian

Título: Indústria e território no Brasil: desenvolvimento regional e divisão interna do trabalho industrial no Brasil entre 1995 e 2015

Orientador: Prof. Dr. Antônio Corrêa de Lacerda – PUC/ SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22170>

Resumo

O período que vai de 1930 a 1980 é marcado por profundas transformações na estrutura produtiva brasileira, onde o modo de produção de mercadorias assume a forma plenamente capitalista com a predominância dos interesses do capital industrial. Este, por razões históricas, encontrou seu lócus na região Centro-Sul do país – mais especificamente em São Paulo –, subordinando as demais regiões a uma mesma lógica operativa, que ao integrar política e economicamente o país, desarticulou outras formações de caráter regional – tomando-se aqui a região como uma forma particular de reprodução material da vida, com seus códigos culturais e maneiras próprias de subordinação e dominação de grupos ou classes. A produção e reprodução do valor, que passou a se orientar por uma realização interna, ao contrário do capital primário-exportador, implicou numa redivisão regional do trabalho, que significou para algumas regiões do país, como o Nordeste, uma regressão de suas bases econômicas. Dessa maneira, o processo conhecido como “substituição de importações”, que consolidou a burguesia industrial não só nos domínios econômicos, mas também políticos, visava reduzir a vulnerabilidade externa resultante das relações desiguais entre os países do centro e da periferia, nos termos do diagnóstico de Raul Prebisch diante da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Contudo, de maneira ambígua, este processo acabou por reproduzir as desigualdades no âmbito interno do território – como apontado pelo relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que fundamentou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). As desigualdades no crescimento econômico e na renda manifestados territorialmente levantou preocupações profundas dos planejadores públicos, mas um efetivo processo de desconcentração produtiva só passou a ocorrer a partir dos anos 1970, quando o Estado de São Paulo viu-se a perder posição relativa no crescimento industrial, reduzindo sua participação no produto, embora ainda



crescendo à altas taxas. Esse processo ocorreu tanto pelo fenômeno das deseconomias de aglomeração, que passaram a exercer pressões centrífugas sobre as decisões locacionais das empresas, quanto pelo adensamento das cadeiras produtivas, decorrentes da atuação ativa e coordenada do Estado, que atuou no sentido de integrar inter-regionalmente os elos produtivos da indústria. Nos anos 1980, com o grave contexto de crise econômica desencadeado pela “crise da dívida”, os efeitos virtuosos da desconcentração produtiva arrefeceram, com o Estado perdendo seu protagonismo, em virtude das contingências impostas pela hiperinflação e sangria no balanço de pagamentos. Dessa maneira, a economia brasileira passou a experimentar uma trajetória errática, com rebatimentos graves tanto sobre a indústria quanto sobre as regiões. Como instrumento de identificação da continuidade ou não do processo de desconcentração produtiva, o conceito de Aglomerações Industriais Relevantes tem importante papel enquanto indicador das tendências locacionais da indústria, sendo utilizado nesta dissertação para uma leitura da desconcentração territorial do setor entre 1995 e 2015.

Raul Costa de Oliveira Dias

Título: A economia política do governo Fernando Henrique Cardoso: neoliberalismo e dependência.

Orientador: Profa. Dra. Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22187>

Resumo

Não é possível analisar qualquer período da história política de uma nação sem levarem-se em consideração as influências teóricas e ideológicas por detrás das decisões políticas de um governante. Assim, esta dissertação desprende o esforço em analisar o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao longo de seus dois mandatos, traçando um paralelo com sua principal obra, Dependência e desenvolvimento – ensaios de interpretação sociológica, da concepção de Neoliberalismo formulada por Hayek e da visão sobre internacionalização da economia tal como vista em Gustavo Franco. Para contrapor o argumento sobre dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, revisitamos a obra de Rui Mauro Marini, Dialética da dependência, e os escritos de Aníbal Quijano sobre



padrões de poder na América Latina e Polo marginal y mano de obra marginal. Utilizamos dados dos principais órgãos do Estado brasileiro para demonstrar o aprofundamento do nível de dependência da economia brasileira a partir das decisões políticas do governo FHC. Concluimos que as políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso estiveram alinhadas com uma teoria da dependência que não busca a emancipação do país.

Rodolfo Santos

Título: Política Econômica e Desindustrialização no Brasil: os impactos da política macroeconômica na desindustrialização brasileira no interstício temporal 1990 – 2010

Orientador: Rubens Rogério Sawaya

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22233>

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo estudar a perda de força da indústria em comandar o crescimento econômico brasileiro desde 1990 até 2010, atribuindo a este fenômeno a um processo de desindustrialização. A pesquisa parte da hipótese de que tal foi gerado por políticas macroeconômicas, bem como pela doença holandesa. Também é tido em conta, neste trabalho, que o quadro político impacta na retração da parcela da indústria no produto nacional. A investigação tem também como pressuposto que o processo de desindustrialização brasileira se torna mais forte a partir de 1990. Mas não se encerra em 2010, mas sim, neste ano a queda de participação da indústria do PIB brasileiro atinge um nível ainda mais relevante. Por conta disso, foi delimitado o interstício temporal. Como historicamente o setor produtivo da economia é evidenciado como o indutor do desenvolvimento econômico, esta relação é estudada. Mais ainda, como o desenvolvimento econômico é consequência do crescimento econômico, é abordado também como o setor real contribui para o crescimento econômico sustentado. O objetivo, nesta matéria, é identificar a importância da indústria para o crescimento econômico. A hipótese é de que até é possível o crescimento econômico sem que o setor industrial seja sua força motriz, mas este não se dá de maneira sustentável. Portanto, há uma relação indissociável entre indústria e desenvolvimento econômico.



Natalie Verndl

Título: O impacto econômico do agrotóxico na saúde e no meio ambiente nos anos de 2006 e 2017 para a região sudeste do Brasil

Orientador: Profa. Dra. Elizabeth Borelli – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22227>

Resumo

O presente estudo busca analisar os impactos socioambientais dos agrotóxicos, mais especificamente do composto organoclorado Endosulfan. Para tanto, serão expostas as metodologias de valoração econômica do meio ambiente, onde através de uma situação hipotética criada para a Região Sudeste do país, uma safra de morangos é contaminada pelo composto, em proporções dobradas ao ideal estabelecido. Este fato poderia ocorrer por erro humano ou por erro mecânico e, em especial, levando em consideração a flexibilização da chamada “Lei dos Agrotóxicos” (Lei Federal 7.802), esta situação poderia facilmente ocorrer devido à redução da fiscalização. Os dados utilizados são reais e referentes ao último Censo Agropecuário completo, do ano de 2006. Buscando atualizar os dados, a produção de morangos será mantida constante e as características de renda e população serão atualizadas para o ano de 2017. Com a disposição destes dados e através da metodologia escolhida e disposta em MOTA; BURSTZYN; CÂNDIDO JR; ORTIZ (2003), onde realizam-se os métodos de valoração de Produção Sacrificada e Custo de Oportunidade, buscando desenvolver um estudo econômico na área de economia do meio ambiente que atenda uma demanda social, afim de que seja enfatizada a importância do uso estritamente necessário dos agrotóxicos, mitigando os efeitos à saúde dos agentes e garantindo uma preocupação com o meio ambiente. Através desta análise, é possível sensibilizar os agentes e os policymakers através das cifras auferidas, a realizar políticas públicas neste sentido, além de ressaltar a importância de estabelecer os princípios de prudência na alocação dos recursos, dada a importância do custo de oportunidade auferido a cada faixa etária calculado com o auxílio das pirâmides etárias e o uso da Tábua Atuarial AT-2000 ponderada para o ano de 2006 e 2017.



Hugo Rezende Tavares

Título: Estado e capital: fundamentos teóricos do debate da derivação

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Moraes – PUC/ SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22267>

Resumo

A proposta deste trabalho é analisar a relação orgânica entre Estado e capital. Para isto, nos utilizamos do ferramental teórico desenvolvido pelo Debate da Derivação do Estado, que, através do uso rigoroso do método materialismo dialético, evidencia esta relação. Com o intuito de fugir de explicações simplistas e mecanicistas do Estado capitalista, nos debruçamos sobre o método de Marx e nas categorias da Economia Política por ele desenvolvidas para deduzir as formas jurídica e política da forma mercadoria, de maneira semelhante como fez o jurista soviético, Pachukanis. Através dos estudos de Elmar Alvtter, Joachim Hirsch e Pierre Salama, buscamos desenvolver o processo de dedução lógica do Estado a partir do capital, evidenciando assim, a natureza capitalista do Estado e sua mistificação social.

Luccas Saqueto Espinoza

Título: O neoliberalismo e a educação pública no estado de São Paulo: uma análise da resistência do movimento de ocupações de escola à reorganização proposta pelo governo

Orientador: Áquilas Nogueira Mendes

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22311>

Resumo

As políticas públicas de educação possuem diversas contradições quando implementadas no capitalismo, os anseios por ascender socialmente via profissões melhor remuneradas contrastam com a necessidade de formação de indivíduos críticos e conscientes de seu lugar na sociedade. Diante disso, o processo de ocupação das escolas da rede pública do Estado de São Paulo no final do ano de 2015, pode ser encarado como um importante exemplo de evidência dessas contradições. O movimento que eclodiu visando resistir a uma proposta de alteração na estrutura da rede pública trouxe a tona diversas questões paralelas como a possibilidade de resistência a imposições do Estado até a existência de diferentes formas de democracia. O objetivo da presente dissertação é expor a experiência da ocupação



das escolas na rede pública estadual de São Paulo como forma de resistência a imposição do neoliberalismo para a área da educação.

Miguel Augusto Rodrigues Silva

Título: Medidas de adoção da agricultura de precisão no Brasil

Orientador: Prof. Dr. João Batista Pamplona – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22366>

Resumo

A agricultura de precisão (AP) é um sistema dual, tecnológico e de manejo agrícola, que está na confluência entre duas trajetórias: 1) máquinas e implementos e 2) tecnologias de informação e comunicação (TICs). Em agricultura, existem algumas formas canônicas de medição de adoção, como: número de vendas de produto/serviço, número de usuários ou propriedades adotantes e área sob adoção da tecnologia. Entretanto, o grande número de produtos e serviços sob a denominação de AP, a variedade de conceitos encontrados sobre ela, afora limites intrínsecos a essas medidas de adoção, que servem mais a tecnologias individuais, entre outros fatores, dificultam a consolidação de uma metodologia mais conclusiva para avaliar a adoção de sistemas como a AP. Este trabalho busca estabelecer as bases de uma medição adequada do nível de adoção de AP, valendo-se da avaliação desse nível a partir das informações disponíveis, que subsidia a análise dos limites e virtudes das medidas de adoção apresentadas, a fim de lhes propor aperfeiçoamentos que atendam às lacunas encontradas. Para tanto, foram realizados levantamento documental, análise bibliométrica e entrevistas com agentes do setor.

Cristiane Santos Garrido

Título: Desindustrialização da economia brasileira pós 2000: uma análise da dinâmica do emprego industrial no Brasil e no estado de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Moraes – PUC/ SP